



ORÇAMENTO SUPLEMENTAR PARA 2020

Assembleia da República, 17 de Junho de 2020

DISCURSO DO DEPUTADO RUI RIO (PSD)

Senhor Presidente
Senhor Primeiro Ministro
Senhoras e senhores Membros do Governo
Senhoras e senhores Deputados

O debate deste Orçamento Suplementar fica marcado pela ausência do membro do Governo que conduziu técnica e politicamente a sua elaboração. Não faz sentido e é caso único na democracia portuguesa que um Ministro das Finanças, depois de elaborar e fazer aprovar em Conselho de Ministros uma proposta de alteração profunda ao Orçamento do Estado, abandone o Executivo no dia anterior a ter de o começar a defender no Parlamento.

Falaram mais alto as clivagens e os desentendimentos internos no Governo do que o respeito institucional e político por esta Assembleia da República; que é o mesmo que dizer, pelo povo português. Numa altura tão difícil para a economia portuguesa, esta atitude não é de aplaudir, apesar de eu próprio, há uns escassos 8 meses atrás, já ter aqui previsto que o Sr. Prof. Mário Centeno estava a prazo neste Governo. O que nunca me passou pela cabeça foi que, no quadro de uma pandemia e de uma crise económica grave, o Ministro das Finanças saísse no dia anterior à defesa do documento que visa municiar o País com as dotações orçamentais necessárias ao combate a essa mesma crise.

Mas a realidade é o que é, e, por isso, apesar de condenar claramente esta grave falha do Governo, o PSD deseja ao novo Ministro da Finanças as maiores felicidades no desempenho das responsabilidades que agora tem à sua frente. O Prof. João Leão tem a importante tarefa de travar os ímpetus gastadores que não raras vezes assaltam as governações socialistas. Uma tarefa particularmente relevante em vésperas do País receber avultadas verbas da União Europeia para nos ajudar a sair da crise que estamos a viver. Temos de ser muito criteriosos na aplicação desses fundos e capazes de não ceder a tentações políticas e partidárias que não sejam



exclusivamente aquelas que garantem a melhor e mais eficaz recuperação da nossa economia.

O Orçamento Suplementar, que hoje debatemos, é um orçamento de emergência, ditado por uma situação económica, sanitária e social muito difícil. A sua inviabilização parlamentar originaria uma degradação enorme da qualidade de vida de todos os portugueses. Por isso, o Partido Social Democrata cedo disse que só um motivo muito excepcional poderia justificar o seu voto contra. O Orçamento do Estado de 2020 precisa indiscutivelmente de dotações financeiras adicionais para combater a pandemia e relançar a atividade económica. Assim sendo, em nome do interesse nacional, iremos viabilizar a proposta que o Governo apresenta ao Parlamento, apesar de ela não coincidir com a que o PSD apresentaria se tivesse a responsabilidade de a elaborar. Mas se é isto que neste momento Portugal precisa, então é isso mesmo que o PSD cumprirá.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados

Esta proposta de alteração orçamental está desenhada com base num quadro macroeconómico demasiado otimista que, a não se verificar, acarretará indicadores do défice e da dívida pública ainda mais preocupantes do que aqueles com que se prevê chegar ao fim do presente ano. Difícilmente o produto não cairá mais do que os 6,9% projetados e o desemprego efetivo não ficará acima dos 9,6%, com a consequente insuficiência da despesa pública a ele inerente. A receita fiscal também facilmente terá uma quebra superior aos 5,2 mil milhões de euros, devido não só a uma provável retração do consumo privado superior aos 4,3% constantes da proposta, como também devido à projeção otimista da receita do IRS, que muito dificilmente conseguirá atingir um valor igual ao do ano passado como o Governo nela prevê.

O PSD apresentou em devido tempo as suas propostas para a retoma económica. Não vou aqui enumerá-las nem exigir a sua total inclusão num Orçamento Suplementar que não é o nosso. Mas vou referir duas, uma da área económica e outra da área social que considero de especial relevância. Na vertente económica, o pagamento das dívidas do Estado a 30 dias. E na área social, o reforço estratégico do apoio domiciliário.

O momento que atravessamos é o momento ideal para deixarmos para trás a fama do Estado caloteiro e assumirmos a postura de pessoa de bem que paga o que deve a tempo e horas. Temos condições de conseguir os meios financeiros necessários para pagar a quem forneceu o Estado e para injetar nas empresas a liquidez de que



elas tanto estão a precisar. Aliás, seria também de bom-tom que o Ministério das Finanças devolvesse aos contribuintes o IRS de 2019 que lhes pertence e que já tarda demais a ser restituído. Se o Estado quer ser respeitado, tem de saber honrar os seus compromissos no tempo certo e no tempo justo.

Relativamente ao reforço do apoio domiciliário, ele tem seguramente a ver com o combate à pandemia, mas tem fundamentalmente a ver com a necessidade estratégica de o País ter uma resposta mais estruturada para o envelhecimento da sua população e para uma evolução da sociedade que, na voracidade do seu quotidiano, prejudica em primeiro lugar os mais idosos. Apoiá-los na sua crescente solidão tem de ser um objetivo fundamental que a presente crise sanitária, a que este orçamento visa responder, deixou ainda mais evidente.

Senhor Presidente

Há, no entanto, uma verba que marca de forma altamente preocupante este Orçamento Suplementar: o valor astronómico que está destinado à TAP.

Nesta proposta reforça-se, em tempo de pandemia, o SNS em 504 milhões de euros e a TAP em 946. Admite-se, portanto, dar à TAP quase o dobro daquilo que se dá ao SNS, quando a razão de fundo desta crise é justamente um problema de saúde pública.

A TAP está tecnicamente falida e continuou a dar prejuízos com o novo modelo acionista que este Governo inventou e que constituiu o pior dos negócios para o Estado.

A TAP não foi capaz de apresentar um plano de negócios ao cabo de 3 meses de paralisação e no redesenho das suas rotas mostrou ter apenas vocação para empresa regional, ao ignorar que Portugal vai de Melgaço a Vila Real de St. António e que conta também com duas importantes regiões autónomas.

Apesar da sua trágica situação financeira, a TAP deu prémios salariais extraordinários quando acumula prejuízos e não cortou os vencimentos nos mesmos moldes em que todas as restantes empresas portuguesas que entraram em lay-off, o tiverem de fazer.

É legítimo perguntar, se o dinheiro dos impostos que agora possa ser metido na TAP vai também para pagar tudo aquilo a que, em circunstâncias idênticas, mais nenhum trabalhador teve direito nesta crise que estamos a viver.



A TAP não se pode tornar num outro Novo Banco; num buraco negro que continuamente vai sugando os impostos dos já tão massacrados contribuintes portugueses.

Não aprovar este orçamento, significaria que a empresa fechava já amanhã, uma vez que os acionistas privados - que nela mandam - não parecem estar disponíveis para nela arriscarem o seu dinheiro.

Mas aprovar este Orçamento, não significa para o PSD que o Estado deva enterrar mais 1.000 milhões de euros na TAP sem um plano de negócios e de reestruturação realista e credível. E sem que, em paralelo, não assuma dois aspetos absolutamente nucleares: a responsabilidade pela gestão na exata proporção da sua participação no financiamento da empresa, e a imposição de uma lógica de serviço público a todo o território nacional.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores Deputados

Como disse, o PSD irá viabilizar este orçamento de verdadeira emergência nacional. Não está, nem nunca esteve, no nosso horizonte criar ainda mais problemas ao País do que aqueles que ele já tem decorrentes da situação sanitária que o mundo atravessa.

É nossa obrigação estar do lado da resolução e não do lado da criação de problemas. Não podemos abdicar da nossa matriz ideológica nem da fiscalização política que nos incumbe fazer como principal partido da oposição, mas impende sobre nós a responsabilidade de contribuir, na medida das nossas possibilidades, para o bem-estar de todos os portugueses.

Porque aquilo que a todos nos deve mover é, seguramente, o interesse nacional e a prosperidade de Portugal.